



CÓD: OP-072FV-22
7908403519620

MP-SP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

500 Questões Gabaritadas

CADERNO DE QUESTÕES

1. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA I)

Cumprimento a redação da revista pela brilhante reportagem sobre a situação da perícia no Brasil. Muito bem feita e didática, a matéria -----e apresenta uma noção do trabalho dos peritos que, com certeza, -----muitos jovens a -----a profissão. De novo, parabéns e continuem nessa linha editorial, que agrada muito aos leitores.

(Galileu, julho de 2010. Adaptado)

Os espaços do texto devem ser preenchidos, correta e respectivamente, com

- (A) dismitifica . tabus . incentivarão . seguir
 (B) dismistifica . tabus . incentivarão . seguir
 (C) desmistifica . tabús . incentivará . seguirem
 (D) desmitifica . tabus . incentivará . seguirem
 (E) demistifica . tabús . incentivarão . seguirem

2. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA I)

(Folha de S.Paulo, 23.01.2009)

(Folha de S.Paulo, 23.01.2009)

Observe as frases produzidas com base no diálogo da tira:

- I. Aceita, Dr. Quirino, um café?
 II. Primeiro, quero ver o paciente.
 III. Quando eu vi ele, estava no quintal, começou a chuva e.
 IV. Puro e com pouco açúcar.

Apresenta vício de linguagem e, ao mesmo tempo, revela alteração em relação ao sentido da tira apenas o contido em

- (A) I.
 (B) III.
 (C) II e III.
 (D) II e IV.
 (E) I, II e III.

3. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA I)

Leia o texto para responder às questões de números **03 a 05**.

Vigilantes não deveriam estar armados em ambientes como bancos e supermercados, simplesmente porque seu preparo de 160 horas e de poucas dezenas de tiros não os habilita a situações de estresse, sejam elas assaltos ou conflitos com clientes. Mesmo policiais, que recebem um treinamento mais intenso e com supervisão altamente profissional, mostram problemas de preparo nessas situações. Por um mero jogo de interesses comerciais, a obrigatoriedade de vigilância bancária imposta pelos governos militares no pacote de medidas “antiterrorismo”

acabou sendo mantida, e o emprego de vigilantes armados se difundiu, com enorme perigo para as pessoas que frequentam esses ambientes. Ladrões não evitam locais com vigilantes armados, eles apenas chegam em maior número, aumentam o perigo de tiroteio e ainda levam a arma do segurança. Em 2006, só no estado de São Paulo, os assaltantes roubaram 160 armas de vigilantes.

[.]

A função da segurança privada em proteger patrimônio não pode ser exercida com prejuízos à segurança dos cidadãos que deve ser preocupação cada vez mais competente das forças policiais. Sem uma boa polícia não há salvação para a sociedade. E é ela que deve carregar armas; não seguranças privados.

(Galileu, julho de 2010)

De acordo com o texto, pode-se concluir que

- (A) tanto policiais quanto vigilantes devem proteger o cidadão desarmados.
- (B) o treinamento recebido pelos policiais é o mesmo dos seguranças privados.
- (C) a presença de seguranças armados corre à margem de interesses financeiros.
- (D) os seguranças armados são treinados para evitar ações terroristas.
- (E) a segurança armada é insuficiente para coibir a ação dos assaltantes.

4. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA I)

Assinale a alternativa em que a frase está isenta de vício de linguagem.

- (A) Assiste à polícia e não aos seguranças privados o direito de portar armas.
- (B) Os governos militares imporam a obrigatoriedade de vigilância bancária.
- (C) Clientes de bancos e supermercados pode ser vítima de tiroteios.
- (D) Se difundiu, em ambientes como bancos e supermercados, os vigilantes armados.
- (E) Pode ser perigoso se os governos manterem a obrigatoriedade de vigilância bancária.

5. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA I)

Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.

- (A) Vigilantes, de bancos e supermercados, não deveriam estar armados pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.
- (B) Vigilantes em bancos e supermercados, não deveriam estar armados, pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.

(C) Vigilantes, em bancos e supermercados, não deveriam estar armados, pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.

(D) Vigilantes, em bancos e supermercados não deveriam estar armados, pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.

(E) Vigilantes de bancos e supermercados, não deveriam estar armados pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.

6. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA I)

Leia o texto para responder às questões de números 06 e 07.

É fácil entender por que os advogados estão aprimorando suas técnicas de júri. Enquanto um juiz julga com base no código legal, o júri segue convicções pessoais. “Jurados são mais passionais.

Analisa por consciência, não por ciência”, diz Mauro Otávio Nacif, criminalista que já trabalhou na defesa de 800 casos, como o de Suzane von Richthofen, condenada em 2006 pelo assassinato dos pais. Por isso, advogados têm de atingir a razão e também o coração dos jurados. Nos EUA, uma indústria se formou só para pesquisar como os jurados absorvem explicações e que tecnologias dariam mais credibilidade aos argumentos de advogados. Lá, processos envolvendo empresas também podem ir a júri, e uma decisão passional pode custar indenizações milionárias ao réu.

Com dinheiro em jogo, os americanos trataram de criar armas

sofisticadas para influenciar os jurados.

(Superinteressante, julho de 2010)

Conforme o texto, o aprimoramento das técnicas de júri está relacionado

(A) ao barateamento de um processo, já que uma análise mais precisa dos jurados pode evitar que os réus paguem indenizações milionárias.

(B) à necessidade de se formalizarem procedimentos mais precisos, com julgamentos menos evitados da interferência das convicções pessoais.

(C) à intenção de mobilizar os jurados, levando em consideração os aspectos subjetivos de sua análise dos argumentos apresentados nos processos.

(D) a uma concepção de jurado que tenha mais informação tecnológica de um caso, julgando com mais ciência do que consciência.

(E) a um novo procedimento ratificado pelo código penal, por meio do qual se evitará que os jurados julguem com base nas convicções pessoais.

DIREITO PENAL

1. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Analisar as seguintes assertivas a respeito do crime de extorsão mediante sequestro.

I. Aplica-se a pena vigente no momento da privação da liberdade, ainda que outra pena, mais gravosa, esteja vigente no momento da libertação da vítima.

II. Como regra, aplica-se a pena vigente no momento da prolação da sentença, caso essa pena seja mais benéfica ao acusado do que aquela vigente no momento da consumação do delito.

III. A lei penal mais benéfica ao acusado sempre retroage, ainda que o fato seja praticado durante a vigência de lei excepcional.

Com relação à aplicação da lei penal é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Considere que um indivíduo, de nacionalidade chilena, em território argentino, contamine a água potável que será utilizada para distribuição no Brasil e Paraguai. Considere, ainda, que neste último país, em razão da contaminação, ocorre a morte de um cidadão paraguaio, sendo que no Brasil é vitimado, apenas, um equatoriano.

De acordo com a regra do art. 6.º, do nosso Código Penal (“lugar do crime”), considera-se o crime praticado

- (A) na Argentina, apenas.
- (B) no Brasil e no Paraguai, apenas.
- (C) no Chile e na Argentina, apenas.
- (D) na Argentina, no Brasil e no Paraguai, apenas.
- (E) no Chile, na Argentina, no Paraguai, no Brasil e no Equador.

3. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Com relação à tentativa, é correto afirmar que

- (A) a tentativa perfeita também é conhecida por crime consumado.
- (B) na tentativa perfeita o crime não se consuma porque o agente desiste de prosseguir na execução.
- (C) na tentativa perfeita o agente pratica todos os atos que entende necessários à obtenção do resultado.
- (D) a lei penal prevê expressamente que a tentativa imperfeita será punida com menos rigor do que a perfeita.

(E) na tentativa imperfeita o agente sequer inicia a execução, sendo impedido por fatores que lhe são externos.

4. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza

- (A) só responde pelos atos já praticados.
- (B) não comete crime, pois tem afastada a ilicitude da ação.
- (C) beneficia-se pela causa de diminuição de pena do arrependimento posterior.
- (D) é punido com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- (E) terá pena reduzida de um a dois terços, mas, desde que, por ato voluntário, tenha reparado o dano ou restituído a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa.

5. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Nos termos do quanto prescreve o art. 44, § 3.º, do Código Penal, a reincidência impede a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos?

- (A) Sim, sempre.
- (B) Não, em nenhuma hipótese.
- (C) Sim, mas apenas para os crimes hediondos ou aqueles que lhes são equiparados.
- (D) Não, mas apenas na hipótese de a condenação anterior ter se dado há mais de cinco anos.
- (E) Não, mas desde que a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

6. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

O crime de furto, do art. 155 do Código Penal

I. tem pena aumentada se praticado por funcionário público;

II. tem pena aumentada se praticado durante o repouso noturno;

III. é qualificado se praticado mediante o concurso de duas ou mais pessoas.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

7. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Levando-se em consideração, exclusivamente, os tipos penais da Lei n.º 10.826/03, conhecida como Estatuto do Desarmamento, aquele que é o responsável legal pela empresa e, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, possui arma de fogo de uso permitido no seu local de trabalho,

- (A) comete, em tese, o crime de omissão de cautela.
 (B) não comete crime algum, mas mera infração administrativa.
 (C) comete, em tese, o crime de posse ilegal de arma de fogo ou simulacro.
 (D) comete, em tese, o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
 (E) comete, em tese, o crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

8. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Aquele que é acusado por crime hediondo, nos estritos termos da Lei n.º 8.072/90,

I. fica sujeito a prisão temporária de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;

II. se condenado, cumprirá a pena integralmente em regime fechado;

III. se condenado, não tem direito de apelar em liberdade.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) III, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

9. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Determina a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) que, a fim de orientar a individualização do cumprimento da pena do sentenciado condenado à privação de liberdade, os estabelecimentos prisionais devem contar com Comissão Técnica de Classificação, a qual obrigatoriamente deve ser composta, entre outros, por:

- I. psiquiatra;
 II. psicólogo;
 III. assistente social.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) III, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

10. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Nos termos do quanto determina o art. 2.º, da Lei n.º 9.613/98, no processo e julgamento dos crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores:

- I. a competência é da Justiça Federal quando a do crime antecedente também for;
 II. admite-se a citação por edital e, nessa hipótese, segue-se a suspensão do processo e do prazo prescricional;

III. a denúncia será instruída com indícios suficientes da existência do crime antecedente, sendo puníveis os fatos de “lavagem” ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime antecedente.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
 (B) III, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

11. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder ----- e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo-----, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal desde que dessa colaboração tenha resultado: I - a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;

II - a localização da vítima com a sua integridade física preservada;

III - a recuperação total ou parcial do produto do crime.

De acordo com a Lei n.º 9.807/99, completam as lacunas, correta e respectivamente, as seguintes expressões:

- (A) o perdão judicial ... primário
 (B) a absolvição ... não reincidente
 (C) a graça ... maior de 70 (setenta) anos
 (D) a anistia ... portador de bons antecedentes
 (E) o indulto ... menor de 21 (vinte e um) anos

12. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes instantâneos não admitem tentativa.
 (B) Nos crimes de ação múltipla, a pluralidade de agentes integra o tipo.
 (C) É possível a tentativa em crimes comissivos por omissão.
 (D) O crime de exercício arbitrário das próprias razões é crime de mão própria.
 (E) Os crimes unissubjetivos não admitem co-autoria.

13. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

A Lei n.º 6.766/79 (Lei sobre parcelamento do solo urbano) prevê como crime, no art. 50, I: “Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou de outras normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios”. Esse delito pode ser classificado como

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Conforme preceitua o art. 396 do CPP, no procedimento comum sumário, o juiz, ao receber a denúncia ou queixa,

- (A) notificará o acusado e designará data para seu interrogatório.
- (B) nomeará defensor para articular resposta escrita em favor do acusado.
- (C) determinará a intimação do acusado e seu defensor para apresentação de defesa prévia.
- (D) ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- (E) designará audiência de instrução, debates e julgamento, oportunidade em que o acusado deverá, por seu defensor, apresentar defesa escrita.

2. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

No que diz respeito ao procedimento dos processos de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa que traz, respectivamente, os recursos cabíveis contra as decisões de rejeição da denúncia, de impronúncia, de pronúncia e de absolvição sumária.

- (A) Recurso em sentido estrito; apelação; apelação; apelação.
- (B) Apelação; apelação; apelação; recurso em sentido estrito.
- (C) Recurso em sentido estrito; apelação; recurso em sentido estrito; apelação.
- (D) Apelação; recurso em sentido estrito; apelação; recurso em sentido estrito.
- (E) Recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; apelação.

3. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

O art. 2.º, da Lei n.º 7.960/89, prescreve que a prisão temporária será decretada pelo juiz

- I. de ofício;
- II. por representação da autoridade policial;
- III. por requerimento do órgão do Ministério Público.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

No procedimento comum sumaríssimo, previsto na Lei n.º 9.099/95, cabe recurso contra a decisão que rejeita a denúncia ou queixa?

- (A) Não, em função do rito.
- (B) Sim, apelação, em 10 (dez) dias.
- (C) Sim, apelação, em 5 (cinco) dias.
- (D) Sim, recurso em sentido estrito, em 10 (dez) dias.
- (E) Sim, recurso em sentido estrito, em 5 (cinco) dias.

5. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

De acordo com o texto expresso do art. 180 da Lei n.º 11.101/05, a natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial no que pertine ao processo e julgamento dos crimes falimentares, é a de

- (A) requisito da ilicitude.
- (B) requisito da tipicidade.
- (C) requisito da culpabilidade.
- (D) condição de procedibilidade.
- (E) condição objetiva de punibilidade.

6. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A lei compreende o dano patrimonial à mulher.
- (B) A lei compreende o dano moral à mulher.
- (C) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da lei.
- (D) A empregada doméstica pode ser sujeito passivo.
- (E) O parentesco entre os sujeitos ativo e passivo não é condição para a aplicação da lei.

7. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial não é indispensável à propositura da ação penal nos crimes em que se procede mediante queixa do ofendido.
- (B) No caso de infração de menor potencial ofensivo, a peça inaugural do inquérito policial é o termo circunstanciado.
- (C) Como regra geral, não deve a autoridade policial determinar o indiciamento do autor da infração se este já se identificou civilmente.
- (D) Na hipótese de decretação da prisão temporária por crime hediondo ou a este equiparado, a incomunicabilidade do preso não poderá exceder a 30 (trinta) dias, salvo se prorrogada a prisão, por igual prazo, por nova decisão judicial.
- (E) Da decisão judicial que determina o arquivamento de autos de inquérito policial, a pedido do Ministério Público, cabe recurso em sentido estrito.

8. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Assinale a alternativa correta.

(A) O critério geral para a fixação da competência territorial é o do lugar onde foi praticada a infração penal, mas a Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, contém regra especial, referindo-se ao local onde a infração se consumou.

(B) Nas hipóteses de conexão e continência, constatada, em incidente próprio, a insanidade mental de um dos acusados, superveniente à infração, impõe-se a separação dos processos.

(C) Na hipótese de infração única, atribuída a duas ou mais pessoas, a unidade do processo e do julgamento dos autores e partícipes decorre da conexão intersubjetiva por concurso, também denominada conexão subjetiva concursal.

(D) A lei não admite a reunião dos processos na hipótese de conexão entre infração de menor potencial ofensivo, da competência dos Juizados Especiais Criminais, e crime que se insere na competência do Tribunal do Júri.

(E) Nas hipóteses de conexão e continência, quando se verificar o concurso de jurisdições de mesma categoria, o lugar onde houver ocorrido o maior número de infrações prevalece sobre o lugar onde foi praticado o crime mais grave, na determinação do foro prevalente.

9. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

É correto afirmar, em relação à suspensão condicional do processo, que

(A) não se admite a suspensão se, em razão do acréscimo de um sexto decorrente da continuidade delitiva, a pena máxima cominada para a infração excede a dois anos.

(B) a anterior condenação irrecorrível por contravenção penal impede a sua concessão.

(C) a instauração de novo processo por contravenção penal no curso do prazo da suspensão é causa de revogação obrigatória.

(D) o descumprimento injustificado da condição de reparação do dano é causa de revogação obrigatória da suspensão.

(E) a concessão da suspensão é causa interruptiva da prescrição.

10. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Considere as seguintes assertivas:

I. Admitem-se no processo penal a citação com hora certa e a citação por meio eletrônico.

II. É nula a citação por edital se este indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou queixa nem resume os fatos em que se baseia a imputação.

III. A Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, não prevê a possibilidade de citação por correspondência, com aviso de recebimento pessoal, do autor de infração de menor potencial ofensivo.

Assinale, agora, a alternativa correta.

(A) Somente I é verdadeira.

(B) Somente II é verdadeira.

(C) Somente III é verdadeira.

(D) Somente I e II são verdadeiras.

(E) Somente II e III são verdadeiras.

11. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

Assinale a alternativa incorreta.

(A) A questão prejudicial facultativa que enseja a suspensão do processo pressupõe que a decisão sobre a matéria controvertida a ser dirimida no juízo cível possa influir na final classificação jurídica do fato objeto do processo penal, mas não no reconhecimento da existência da infração penal.

(B) A questão prejudicial obrigatória que enseja a suspensão do processo penal pressupõe que a matéria controvertida recaia sobre o estado civil das pessoas e que de sua solução dependa o reconhecimento da existência da infração penal.

(C) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial facultativa somente pode ser determinada pelo juiz se já proposta no juízo cível a ação que vise solucioná-la.

(D) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial obrigatória pode ser determinada pelo juiz ainda que não tenha sido proposta no juízo cível a ação que vise solucionar a matéria controvertida.

(E) A decisão irrecorrível do juízo cível que soluciona a questão prejudicial obrigatória no sentido da atipicidade dos fatos descritos na denúncia vincula o juiz do processo penal.

12. (VUNESP - 2010 – MP-SP)

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) as provas ilícitas são inadmissíveis, salvo se constatado que poderiam ter sido obtidas a partir de uma fonte independente.

(B) no interrogatório em plenário do tribunal do júri, as partes e os jurados podem formular perguntas diretamente ao acusado.

(C) o ascendente e o descendente do ofendido podem se recusar a depor como testemunhas.

(D) em caso de lesões corporais, a falta de exame pericial complementar pode ser suprida pela prova testemunhal.

(E) os documentos em idioma estrangeiro somente devem ser juntados aos autos após a sua tradução por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

Assinale a alternativa correta.

(A) Ante a discricionariedade da Administração no ato disciplinar, o controle jurisdicional é restrito aos aspectos formais do processo administrativo.

(B) O habeas corpus é instrumento adequado para a revisão do mérito de processo administrativo que haja implicado a pena de suspensão do servidor.

(C) A demissão por ilícito administrativo, que configura também ilícito penal, só é cabível após o trânsito em julgado da ação penal instaurada contra o servidor para a apuração do crime.

(D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

(E) Condenado o servidor por ilícito praticado contra a Administração, comprovada a culpa em regular processo administrativo, ele sofrerá execução direta para ressarcimento do dano ao erário, independentemente da anuência à sanção administrativa.

2. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

Considere as seguintes assertivas sobre a parceria público-privada:

I. É o contrato administrativo de concessão de serviço ou obra pública que, na modalidade patrocinada, envolve contraprestação pecuniária do contratante público ao contratante privado, ambos denominados parceiros.

II. Entre suas cláusulas, o contrato deve prever os riscos compartilháveis entre as partes, inclusive os decorrentes de caso fortuito, força maior, culpa de terceiro, fato do príncipe e álea econômica ordinária.

III. A implantação e a gestão do objeto da parceria serão efetuadas por sociedade constituída com propósito específico antes da contratação, sendo vedada ao Poder Público a titularidade da maioria do capital votante, salvo se a aquisição se der por instituição financeira por ele controlada, diante da inadimplência dos contratos de financiamento.

Sobre as assertivas, pode-se dizer que

(A) somente I e II são corretas.

(B) somente I e III são corretas.

(C) somente II e III são corretas.

(D) somente III é correta.

(E) todas são corretas.

3. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

Assinale a alternativa incorreta.

(A) O servidor público que, após regular concurso, é nomeado para cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade após dois anos de exercício e será destituído por sentença judicial ou por processo administrativo no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

(B) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuição e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

(C) O Ministério Público é competente para prover os cargos de seus membros e os dos serviços auxiliares.

(D) O provimento derivado por reingresso é aquele em que o servidor retorna ao serviço ativo do qual estava afastado e compreende as seguintes modalidades: reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.

(E) São cargos vitalícios unicamente os de magistrado, os de ministro ou conselheiro do Tribunal de Contas e os de membro do Ministério Público, sendo que o vitaliciamento dar-se-á após dois anos de exercício em cargo da Magistratura e do Ministério Público, por concurso, e em seguida à posse, nos casos de nomeação direta para os Tribunais.

4. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

Assinale a alternativa correta sobre a prestação de serviços públicos.

(A) A essencialidade dos serviços e o vínculo imediato com os direitos fundamentais são fatores que indicam o dever de gratuidade na prestação, pela concessionária, aos usuários que, por qualquer razão de fato ou de direito, simplesmente aleguem estar sem condições de pagar a respectiva contraprestação.

(B) O direito do consumidor não pode ser aplicado no âmbito dos serviços públicos, em virtude da solidariedade existente entre os usuários, pois a vantagem especial assegurada a um deles poderia comprometer a prestação aos demais.

(C) Diante do princípio da transparência, constitui dever, seja do concedente seja do concessionário, o de fornecer aos usuários as informações para defesa de interesses individuais e coletivos. Cabe aos usuários, ainda, como sujeitos interessados na boa prestação do serviço, o direito de representação no sistema de fiscalização dos serviços concedidos.

(D) Quando prestado por meio de concessão, o regime passa a ser exclusivamente de direito privado, única forma de assegurar a continuidade, a generalidade e a adequação do serviço público, e também de garantir o acesso a um maior número de usuários.

(E) A concessão transfere integralmente para o concessionário os poderes de polícia inerentes ao concedente.

5. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

Assinale a alternativa correta.

(A) As autoridades com prerrogativa de foro especial gozam desse benefício quando se trata de ação civil pública por improbidade administrativa.

(B) O sucessor testamentário daquele que causar lesão ao patrimônio não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.

(C) O cidadão é o único legitimado a representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade.

(D) A indisponibilidade dos bens do réu incide sobre tantos bens quantos forem necessários para o ressarcimento integral do dano e para a perda do acréscimo patrimonial, inclusive sobre bens adquiridos anteriormente ao ato de improbidade.

(E) Quando o Ministério Público não for o autor da ação civil pública de improbidade administrativa, não é obrigatória a sua intervenção como fiscal da lei.

6. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

A respeito da concessão de serviço público, pode-se afirmar que

(A) não admite em seu contrato a presença de cláusulas exorbitantes.

(B) o concessionário pode ser tanto o particular quanto entidade pública ou empresa sob seu controle acionário.

(C) pode ser concedida por prazo determinado ou indeterminado.

(D) veda a aplicação unilateral de penalidades ao concessionário.

(E) uma vez assinado o contrato de concessão, o poder público perde a titularidade do serviço concedido.

7. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Sobre a execução e a fiscalização do contrato de gestão das Organizações Sociais, é correto afirmar que

(A) a competência para a fiscalização da execução do contrato é do Ministério Público.

(B) os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Poder Judiciário, sob pena de responsabilidade solidária.

(C) havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização do contrato determinarão a indisponibilidade de bens dos responsáveis pela ilegalidade.

(D) os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, anualmente, por Promotores de Justiça especialmente designados para essa função.

(E) na hipótese de decretação de indisponibilidade de bens da entidade ou de sequestro de bens dos dirigentes, o poder público será o depositário e gestor desses bens até o término da ação.

8. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

De acordo com a lei, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, para que assim possam ser classificadas, devem ter como uma das suas finalidades, além de outras, a

(A) comercialização de planos de saúde e assemelhados.

(B) manutenção de instituições hospitalares privadas gratuitas e não gratuitas.

(C) representação de categorias profissionais por meio de associações de classe.

(D) promoção da segurança alimentar e nutricional.

(E) disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.

9. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Um Prefeito Municipal pretende restaurar uma valiosa obra de arte, deteriorada, que se encontra exposta no museu do Município. E também deseja contratar determinada dupla famosa de cantores sertanejos para apresentação na festa de aniversário da Cidade. Considerando a Lei de Licitações, é correto afirmar que

(A) a licitação deverá ser realizada para ambas as hipóteses.

(B) a licitação deverá ser realizada para a primeira hipótese, mas poderá ser dispensada para a segunda.

(C) a primeira é uma hipótese de dispensa de licitação e para a segunda é inexigível a licitação.

(D) trata-se de dispensa de licitação para ambas as hipóteses.

(E) ambas constituem hipóteses de inexigibilidade de licitação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

A Constituição da República Federativa do Brasil

I. permite o uso de propriedade particular por autoridade competente em caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário ulterior indenização por dano;

II. estabelece a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, somente mediante pagamento em dinheiro;

III. garante a impenhorabilidade da pequena propriedade rural por quaisquer dívidas de seu proprietário.

Pode-se afirmar que somente

- (A) a assertiva I está correta.
- (B) as assertivas I e II estão corretas.
- (C) as assertivas I e III estão corretas.
- (D) a assertiva II está correta.
- (E) a assertiva III está correta.

2. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

Com relação ao disposto na Constituição Federal, considere as seguintes afirmações:

I. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triíplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, não sendo permitida a sua recondução.

II. É garantida aos membros do Ministério Público a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

III. É vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.

IV. A distribuição de processos no Ministério Público será imediata, salvo por motivo relevante, devendo o Procurador-Geral de Justiça, nos casos dos Estados, encaminhar a devida motivação ao presidente do Tribunal Estadual.

Estão corretas somente as assertivas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

3. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

“Qualquer cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, pode invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Distrito Federal e Municípios”.

Essa afirmação refere-se a

- (A) Mandado de segurança.
- (B) Habeas Data.
- (C) Ação popular.
- (D) Ação de improbidade administrativa.
- (E) Mandado de injunção.

4. (VUNESP - 2008 - MPE-SP - PROMOTOR DE JUSTIÇA)

Com relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder constituinte originário não se submete aos limites do poder reformador.
- (B) O poder reformador tem, dentre os seus limites circunstanciais, o estado de sítio e a intervenção federal.
- (C) O poder constituinte derivado tem como um de seus limites materiais a abolição do princípio da separação dos Poderes.
- (D) O limite do poder reformador à abolição dos direitos e garantias individuais inclui apenas as liberdades públicas clássicas, e não os direitos econômicos e sociais.
- (E) A violação dos limites materiais do poder constituinte derivado sujeita a reforma constitucional ao controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

5. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA I)

Conforme a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) em obediência ao princípio do Estado laico, nas entidades militares de internação coletiva, a Constituição veda a prestação de qualquer tipo de assistência ou manifestações religiosas
- (B) uma das possibilidades de quebra do princípio da inviolabilidade de domicílio previstas na Constituição é o cumprimento, durante o dia ou à noite, de determinação judicial.
- (C) a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (D) a pequena propriedade urbana, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora.
- (E) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

6. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Pela Carta Magna Brasileira, não há óbice a que a lei estabeleça fiança para o seguinte delito:

- (A) terrorismo.
- (B) infanticídio.
- (C) prática do racismo.
- (D) ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (E) tráfico ilícito de entorpecentes.

7. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

A intervenção do Estado nos Municípios pode ser decretada na seguinte hipótese:

- (A) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (B) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de segurança pública.
- (C) quando o Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- (D) quando a dívida fundada deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.
- (E) para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

8. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos políticos constitucionais.

- (A) Os analfabetos são inelegíveis e inalistáveis.
- (B) Os militares são alistáveis, mas inelegíveis.
- (C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (D) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor por perdas e danos se a ação for julgada manifestamente improcedente, sem prejuízo da sua responsabilidade penal.
- (E) A cassação de direitos políticos se dará, entre outras hipóteses, no caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, ou por condenação judicial definitiva em decorrência da prática de improbidade administrativa.

9. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

No tocante à repartição de competências no Estado Brasileiro, a Constituição Federal estabelece como competência concorrente da União, do Distrito Federal e dos Estados legislar sobre

- (A) serviço postal.
- (B) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (C) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- (D) populações indígenas.
- (E) custas dos serviços forenses.

10. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Assinale a alternativa que contempla somente típicos cargos públicos em comissão que, de acordo com a Constituição Federal, são de livre nomeação e exoneração.

- (A) De chefia e técnicos.
- (B) De assessoramento e de carreira.
- (C) De confiança e técnicos.
- (D) De direção e de chefia.
- (E) De direção e empregos públicos.

11. (VUNESP - 2015 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA)

Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre direitos ou garantias individuais ou coletivos previstos na Constituição Federal de 1988.

- (A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um quinto dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao consumidor, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (VUNESP - 2018 - MPE-SP - ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

Acerca da ação monitória, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação monitória não admite citação por edital.
- (B) O juiz condenará o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória ao pagamento de multa de até dez por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor.
- (C) Não se admite como prova escrita, para fins de adoção do procedimento monitório, a prova oral documentada, produzida por meio de produção antecipada de prova.
- (D) Sendo ré a Fazenda Pública, não apresentados embargos à ação monitória, a constituição do mandado monitório não enseja reexame necessário.
- (E) Não se admite a reconvenção nos embargos monitórios.

2. (VUNESP - 2018 - MPE-SP - ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

Com relação aos recursos previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O agravo de instrumento será dirigido ao juiz prolator da decisão recorrida.
- (B) A decisão que rejeita o pedido de limitação do litisconsórcio é irrecurável.
- (C) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- (D) Será negado provimento pelo Supremo Tribunal Federal ao recurso extraordinário quando considerar como reflexa a ofensa à Constituição, por pressupor a revisão da interpretação da lei federal ou de tratado.
- (E) Em sede de embargos de declaração, seja lá qual for a fundamentação ou pedido, não há que se falar em resposta pela parte adversa.

3. (VUNESP - 2018 - MPE-SP - ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

Acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a alternativa correta.

- (A) A tese jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento, respectivamente, do recurso extraordinário ou especial interposto contra a decisão de mérito do incidente será aplicada apenas na área de competência do Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal no qual foi suscitado o incidente.

(B) A tese fixada no incidente será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitam na área de jurisdição do respectivo tribunal, salvo aqueles que tramitam nos Juizados Especiais.

(C) Durante a suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou região, conforme o caso, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao tribunal responsável pelo julgamento do incidente.

(D) Caberá recurso ordinário no caso de inobservância da tese adotada no incidente.

(E) Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso, com efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

4. (VUNESP - 2018 - MPE-SP - ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

Assinale a alternativa correta a respeito do procedimento de cumprimento da sentença, disciplinado no Código de Processo Civil.

- (A) A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.
- (B) A decisão judicial transitada em julgado não poderá ser levada a protesto.
- (C) A decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza é título executivo extrajudicial.
- (D) O cumprimento da sentença poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do responsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
- (E) Há um procedimento especial e benéfico à Fazenda Pública para o caso de cumprimento de sentença que impõe ao ente público o pagamento de quantia certa ou a obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa.

5. (VUNESP - 2018 - MPE-SP - ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

O Ministério Público do Estado de São Paulo ingressou com determinada ação coletiva. Indivíduos prejudicados pelo mesmo ato que ensejou o pleito na esfera coletiva entraram com ações individuais. Somente se beneficiará da coisa julgada coletiva o indivíduo que

- (A) prosseguir com a ação individual, mesmo que seja julgado improcedente o seu pedido particular.
- (B) tenha requerido a suspensão de seu processo individual caso queira ser beneficiado em eventual sentença coletiva procedente.
- (C) tiver seu processo individual transitado em julgado por ocasião do ingresso da ação coletiva.

- (D) desistir da ação individual para ingressar no polo ativo da ação coletiva.
 (E) ingressar com pedido de reunião dos processos individual e coletivo.

6. (VUNESP - 2098 - MPE-SP)

É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas

- (A) mesmo quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
 (B) quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social.
 (C) diante de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
 (D) para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
 (E) quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

7. (VUNESP - 2098 - MPE-SP)

Está sujeita à remessa necessária, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, bem como a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal, fundada em

- (A) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
 (B) entendimento coincidente com a orientação emanada do respectivo tribunal com competência recursal.
 (C) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
 (D) entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
 (E) súmula de tribunal superior.

8. (VUNESP - 2098 - MPE-SP)

O agravo interno NÃO tem cabimento contra a decisão que

- (A) deixar de conhecer recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral.
 (B) negar seguimento a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.
 (C) sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional.
 (D) aplicar entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.
 (E) resolver incidente de descon sideração da personalidade jurídica.

9. (VUNESP - 2015 - PREFEITURA DE ARUJÁ - SP - ASSISTENTE JURÍDICO)

No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada:

- (A) ilimitadamente, com eficácia erga omnes em todo território nacional.
 (B) limitadamente aos membros que atuam no mesmo seguimento em todo território nacional.
 (C) ilimitadamente, com eficácia erga omnes aos membros da mesma categoria profissional ou de interesse comum jurídico.
 (D) limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
 (E) limitadamente aos membros do polo ativo da demanda coletiva.

10. (VUNESP - 2015 - PREFEITURA DE ARUJÁ - SP - ASSISTENTE JURÍDICO)

A responsabilidade patrimonial e moral por danos causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos podem ser defendidos por meio de

- (A) ação popular.
 (B) ação civil pública.
 (C) mandado de segurança coletivo.
 (D) mandado de injunção.
 (E) habeas corpus.

11. (VUNESP - 2015 - PREFEITURA DE ARUJÁ - SP - ASSISTENTE JURÍDICO)

Se por engano for proposta ação de manutenção de posse, quando o correto seria uma ação de reintegração de posse, o juiz

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

Para ir de sua casa à escola, Zeca percorre uma distância igual a $\frac{3}{4}$ da distância percorrida na volta, que é feita por um trajeto diferente. Se a distância percorrida por Zeca para ir de sua casa à escola e dela voltar é igual a $\frac{7}{5}$ de um quilômetro, então a distância percorrida por Zeca na ida de sua casa à escola corresponde, de um quilômetro, a

- (A) $\frac{2}{3}$
- (B) $\frac{3}{4}$
- (C) $\frac{1}{2}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{5}$

2.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

Contando-se o estoque de certa camiseta, constatou-se que para cada 5 unidades do tamanho M havia 4 unidades do tamanho P, sendo que, no total, havia 35 unidades a mais de M do que de P. O número total dessas camisetas de tamanho P no estoque, nesse momento, é igual a

- (A) 150.
- (B) 145.
- (C) 140.
- (D) 160.
- (E) 175.

3.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

Em certo mês, Marina gastou 60% do seu salário líquido e colocou o valor restante na poupança. No mês seguinte, o valor total que Marina gastou teve um acréscimo de 50% em relação ao do mês anterior, e ela conseguiu colocar na poupança apenas os 400 reais que restaram. Desse modo, é correto afirmar que o salário líquido de Marina, que não se alterou nesses dois meses, é igual, em reais, a

- (A) 3 200.
- (B) 4 000.
- (C) 3 000.
- (D) 3 800.
- (E) 4 800.

4.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

A tabela, incompleta, relaciona os cinco modelos de carros mais vendidos em março de 2014 e as respectivas quantidades vendidas, em milhares de unidades.

Ordem	Marca/Modelo	Quantidade
1.º	Fiat Strada	13,0
2.º	Fiat Palio
3.º	VW Gol
4.º	GM Onix
5.º	Fiat Uno	10,3
	Total	60,9

(O Estado de S.Paulo. 02.04.2014)

Sabendo-se que do VW Gol foram vendidas 400 unidades a menos que do Fiat Palio e 300 unidades a mais que do GM Onix, é correto afirmar que o número de unidades vendidas do GM Onix, em milhares de unidades, foi igual a

- (A) 11,8.
- (B) 12,4.
- (C) 10,8.
- (D) 12,2.
- (E) 11,4.

5.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

A medida do comprimento de um salão retangular está para a medida de sua largura assim como 4 está para 3. No piso desse salão, foram colocados somente ladrilhos quadrados inteiros, revestindo-o totalmente. Se cada fileira de ladrilhos, no sentido do comprimento do piso, recebeu 28 ladrilhos, então o número mínimo de ladrilhos necessários para revestir totalmente esse piso foi igual a

- (A) 588.
- (B) 350.
- (C) 454.
- (D) 476.
- (E) 382.

6.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

O dono de um bar decidiu comprar uma TV de tela maior, para exibir os jogos da Copa do Mundo. O preço da TV escolhida seria inicialmente dividido em 12 parcelas mensais iguais, sem acréscimos. Na hora da compra,

porém, ele decidiu pagar em 8 parcelas, sem alteração no preço final e, assim, o valor de cada parcela aumentou R\$ 175,00. Na compra efetuada, o valor de cada parcela foi igual a

- (A) R\$ 525,00.
- (B) R\$ 425,00.
- (C) R\$ 420,00.
- (D) R\$ 515,00.
- (E) R\$ 450,00.

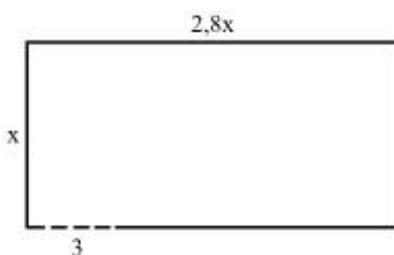
7.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

A distância entre as cidades A e B é de 450 km. O trajeto entre as duas cidades é feito por uma linha de ônibus, cujos veículos em movimento percorrem, em média, 250 km a cada 3 horas. Nessas condições, se um ônibus dessa linha partiu da cidade A às 7h 45min, e fez uma única parada de 30 minutos durante o trajeto, ele chegará à cidade B às

- (A) 12h 35min.
- (B) 13h 55min.
- (C) 12h 50min.
- (D) 14h 10min.
- (E) 13h 39min.

8.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

A figura, com dimensões indicadas em metros, representa o terreno retangular comprado por Xavier



Antes de iniciar a construção, ele pretende cercar todos os lados do terreno com 3 voltas de arame, deixando um vão livre de 3 m para a passagem de veículos, conforme mostrado na figura. Nessas condições, a quantidade mínima necessária de arame para cercar o terreno será igual a 333 m. Desse modo, é correto afirmar que a medida indicada por x na figura é igual, em metros, a

- (A) 10.
- (B) 9.
- (C) 15.
- (D) 14.
- (E) 12.

9.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

Em um campeonato de futebol, cada time ganha 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e, obviamente, nenhum ponto em caso de derrota. Nesse campeonato, o time WM já disputou 15 partidas e não teve nenhuma derrota, sendo a razão entre o número de vitórias e o de empates, nessa ordem, igual a $\frac{3}{2}$. Se esse time vencer 3 e empatar 1 das quatro partidas que ainda restam, ele terminará o campeonato com um número total de pontos igual a

- (A) 40.
- (B) 39.
- (C) 36.
- (D) 43.
- (E) 46.

10.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

O suco existente em uma jarra preenche $\frac{3}{4}$ da sua capacidade total. Após o consumo de 495 mL, a quantidade de suco restante na jarra passou a preencher $\frac{1}{5}$ da sua capacidade total. Em seguida, foi adicionada certa quantidade de suco na jarra, que ficou completamente cheia. Nessas condições, é correto afirmar que a quantidade de suco adicionada foi igual, em mililitros, a

- (A) 580.
- (B) 720.
- (C) 900.
- (D) 660.
- (E) 840.

11.(VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTORIA)

Uma empresa vende alguns produtos, dentre os quais A e B são os que geram as maiores receitas. O gráfico mostra as participações das receitas mensais obtidas por A e por B nas receitas mensais totais dessa empresa no último trimestre de 2013.

ATUALIDADES

1. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Em abril de 2010, a entrada em atividade do vulcão Eyjafjallajökull, na Islândia, provocou degelo das encostas nevadas da montanha e obrigou as autoridades a evacuar centenas de pessoas das cidades próximas pelo iminente risco de enchentes. As estradas ficaram alagadas e colocaram em risco as pontes dos rios daquele país. Uma nuvem de cinzas vulcânicas ficou por vários dias sobre boa parte da ilha e

(A) foi responsável por grande número de internações de pessoas com problemas respiratórios nos países do leste europeu.

(B) provocou a morte de centenas de pessoas dos bairros pobres da capital do país, Reykjavik.

(C) causou o cancelamento de milhares de voos, principalmente com destino ao norte e ao centro da Europa.

(D) as lavas soterraram o lago Kleifarvatn, um dos pontos turísticos mais visitados daquele país.

(E) prejudicou a economia do país com a destruição das videiras ao norte do território.

2. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

No dia 20 de julho de 2010, a agência Reuters informava:

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta terça-feira o projeto de lei que destina 25 milhões de reais para o Fundo de Reconstrução de Gaza.”

Indique a opção que tem nexos com essa notícia.

(A) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu nesta segunda-feira com sua colega chilena, Michelle Bachelet, em Santiago, e ratificou a ajuda brasileira ao país atingido por um forte terremoto que matou mais de 700 pessoas.

(O Globo. Adaptado)

(B) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou nesta quinta-feira (25) ao Haiti, país devastado pelo terremoto de 12 de janeiro passado, para confirmar o apoio do Brasil à sua reconstrução.

(Correio Brasiliense. Adaptado)

(C) O terremoto de 7,2 graus na escala Richter que atingiu o México neste domingo afetou 25 mil pessoas, a maioria delas nas zonas rurais, informou o governador da Baixa Califórnia, José Guadalupe Osuna.

(Jornal Brasil online. Adaptado)

(D) Segundo fonte do governo, a proposta recebeu o crivo presidencial durante reunião entre Lula e o ex-ministro das Relações Exteriores palestino Nabil Shaat.

(uol.com.br - Adaptado)

(E) Depois do encontro bilateral neste sábado (25), o que era para ser uma entrevista coletiva dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Paraguai, Fernando Lugo, acabou se transformando apenas na leitura de um comunicado conjunto intitulado Construindo uma Nova Etapa na Relação Bilateral.

(Agência Brasil. Adaptado)

3. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

No dia 23 de julho de 2010, a BBC Brasil noticiava:

“Secretário-geral da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o ex-presidente argentino Néstor Kirchner, se reunirá com os presidentes de Colômbia e Venezuela para mediar a crise entre os dois países, agravada após o rompimento de relações diplomáticas, na última quinta-feira (22)”.

As declarações do embaixador colombiano Luis Hoyos, em uma reunião extraordinária da OEA, foram decisivas para que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciasse o fim das relações entre os dois países. Segundo Hoyos,

(A) havia pelos menos 87 acampamentos guerrilheiros consolidados na Venezuela e cerca de 1,5 mil rebeldes.

(B) forças venezuelanas haviam penetrado em território colombiano em nítido desrespeito aos anteriores acordos de paz.

(C) aviões da Força Aérea Venezuela haviam invadido o espaço aéreo colombiano em 20 de julho deste ano.

(D) o exército venezuelano estaria fornecendo armas e munições a grupos ligados às Farc.

(E) a Venezuela estaria fornecendo, gratuitamente, combustível para manter em ação grupos ligados às Farc.

4. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

No dia 16 de abril de 2010, os controladores do programa espacial Cbers perderam contato com o satélite Cbers-2B. Desde então, o equipamento tem enviado sinais intermitentes, indicando falta de energia. O satélite foi lançado em 19 de setembro de 2007 como resultado de um acordo, assinado em 22 de agosto de 1988, entre o brasileiro Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a agência de tecnologia espacial

- (A) do Japão.
- (B) da China.
- (C) dos EUA.
- (D) da França.
- (E) do Canadá.

5. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Em meados de julho deste ano, a Apple contabilizava 3 milhões de iPhones 4 vendidos desde o seu lançamento, no dia 24 de junho. O equipamento se tornou o produto que vendeu mais rápido na história da empresa. Entretanto, problemas de recepção do aparelho causaram preocupante queda de suas ações nas bolsas de valor. Para sanar os problemas de recepção e frear a desvalorização das ações, Steve Jobs informou que, até o dia 30 de setembro deste ano (2010),

- (A) todos os aparelhos seriam substituídos por outros com novo software.
- (B) as lojas substituiriam a placa-mãe de todos os aparelhos.
- (C) todas as antenas seriam trocadas porque foi constatado um defeito de fabricação.
- (D) os compradores receberiam um manual atualizado explicando como segurar o aparelho durante a operação.
- (E) os compradores receberiam uma capa protetora de borracha e plástico para envolver o aparelho.

6. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

No dia 21 de julho deste ano, a imprensa divulgou uma lista de seis magistrados indicados pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Nela constava o nome do juiz Fausto De Sanctis. Esse juiz ficou conhecido pela sua participação na operação que

- (A) determinou a prisão do banqueiro Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity.
- (B) resultou na condenação de 114 traficantes, em um ano de trabalho em Pontaporã (MS).
- (C) afastou dois juizes maranhenses acusados de vender sentenças.
- (D) fechou rádios comunitárias irregulares no estado de Sergipe.
- (E) propôs ação de improbidade administrativa para vários políticos do estado de Goiás.

7. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

No dia 24 de julho de 2010, o jornal "O Estado de S. Paulo" informava que "mais cinco presos políticos libertados pelo regime de Raúl Castro" haviam chegado "a Madri, unindo-se aos 15 dissidentes já soltos por Cuba nas duas últimas semanas".

O governo de Havana se comprometeu a libertar um total de 52 presos em virtude de

- (A) negociação articulada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- (B) compromisso assumido pelo presidente Barak Obama de deixar Guantánamo.
- (C) promessa de Fidel Castro ao presidente Hugo Chávez, da Venezuela.
- (D) acordo com a Igreja Católica de Cuba.
- (E) parecer da Corte Internacional de Justiça.

8. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Com seis estatuetas, "Guerra ao Terror" foi o grande vencedor do Oscar 2010. O longa venceu as principais categorias da 82.ª edição da maior festa do cinema mundial, incluindo as de melhor filme e direção para Kathryn Bigelow, a primeira mulher a levar o prêmio. O filme retrata a guerra que começou em junho de 2003 por causa de um documento da inteligência norte-americana que afirmava existirem armas de destruição

- (A) no Paquistão, do presidente Asif Ali Zardari.
- (B) na Coreia do Norte, do ditador Kim Jong-il.
- (C) no Irã, do presidente Mahmoud Ahmadinejad.
- (D) no Afeganistão, do terrorista Osama BinLaden.
- (E) no Iraque, comandado por Saddam Hussein.

9. (VUNESP - 2010 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTÓRIA I)

Segundo documento da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2010 o Brasil lidera o crescimento de exportações de commodities. A OMC destacou que o País se tornou o quinto maior fornecedor, para a China, de produtos negociados por esses títulos. Entre os produtos mais exportados para o mercado chinês por meio desse tipo de negócio estão

- (A) algodão e tecidos.
- (B) café e automóveis.
- (C) minério de ferro e soja.
- (D) aço e gasolina.
- (E) produtos ferroviários e arroz.

10. (VUNESP - 2014 - MPE-SP - AUXILIAR DE PROMOTÓRIA)

Desde novembro de 2013 ocorreram violentas ondas de protestos na Ucrânia contra o então presidente Viktor Yanukovich.

Dentre os motivos dos protestos, é correto citar a

- (A) forte crise econômica na Ucrânia e a tentativa do presidente de se afastar da União Europeia e reforçar as relações com a Rússia.